No Rio, a Federação Operária, com a ajuda das grandes uniões de Trabalhadores de Tecidos, Construção Civil, Culinários, Padeiros, Transportes Terrestres e Marítimos, Metalúrgicos e outras, subscreveram ações e fundaram um jornal diário, A Voz do Povo, com oficinas próprias e um corpo de redatores recrutado entre os elementos que militavam à frente do movimento operário e tinham reais qualidades como dirigentes. Só esse jornal protestava contra as violências antioperárias, enquanto, na Câmara, Maurício de Lacerda lutava, sozinho, contra nova lei de repressão aos trabalhadores, nela confundidos com os contraventores da mais variada espécie – lei que permitiu, pouco adiante, o fechamento do Clube Militar e da Liga Nacionalista de S. Paulo (245). A Voz do Povo teve suas edições apreendidas pelas maltas de agentes da polícia secreta, postadas dia e noite nas imediações da redação; seus gráficos e redatores foram presos, um a um; finalmente, o jornal teve de cessar sua publicação: não foi empastelado, mas estrangulado. Em 1921, partindo do meio intelectual, surgiu a revista Clarté: o grupo reunia Nicanor do Nascimento, Evaristo de Morais, Maurício de Lacerda, Luís Palmeira, Agripino Nazaré, Antônio Correia, Alcides Rosas, Pontes de Miranda, A. Cavalcante, Teresa Escobar, Vicente Perrota, Francisco Alexandre, Everardo Dias, cerca de trinta dirigentes sindicais. Começou a circular em setembro, com adesões importantes, como as de F. de Campos Andrade, Martim Francisco Ribeiro de Andrade, Antônio Figueiredo e Nereu Rangel Pestana, de S. Paulo; Leônidas de Rezende, Luís Frederico Carpenter, Joaquim Pimenta, do Rio. A tiragem chegou a 2000 exemplares, mas o movimento militar de 1922 e o estado de sítio liquidaram a iniciativa, inspirada da França, onde surgira ao impulso de Henri Barbusse, difundindo-se em vários países.

Em 1921, surgiria uma cisão no movimento operário e, em março de

consciência das massas trabalhadoras nordestinas. Possuía, como os demais jornais, sua oficina própria, constituída por meio de ações, e assim tornava-se um órgão porta-voz dos sindicatos". A polícia depredou a Federação Operária e "em seguida, com o mesmo espírito brutal, dirige-se a autoridade às oficinas da Hora Social, manda fazer descargas de fuzil para dentro, obrigando os operários gráficos alarmados a fugir pelos fundos dos prédios vizinhos e, em seguida, a marreta, quebra maquinismos e destrói as caixas de tipos, transformanto tudo num montão de ruínas". (Everardo Dias: op. cit., págs. 98/99).

(245) "O Centro das Indústrias de S. Paulo, constituído da nata dos elementos acima qualificados de forma tão explícita pelo escritor citado e acusados das mais torpes e lucrativas especulações por um jornal-revista que então se publicava em S. Paulo — O Parafuso — havia organizado uma extensa lista, contendo os nomes de todos os operários considerados como 'indesejáveis' e aos quais não se devia dar serviço de forma alguma em seus estabelecimentos; e não só a eles estendiam a excomunhão, mas também a pequenos comerciantes, advogados, médicos, professores, pracistas, etc., considerados simpatizantes do 'credo execrando', de que havia grande número pelo interior todo". (Everardo Dias: op. cit., pág. 94).